



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO									
de	Requerimento	de	Intervenção	Núm. Ambiental	Processo	Formalização	Unidade responsável	do	SISEMA
Intervenção	Ambiental	SEM	AAF	04040000194/	1 5 / 0 3 / 2 0 1 6	NUCLEO	TIMÓTEO		processo
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL									
2.1	Nome: 00000520-7 / CELULOSE NIPO - BRASILEIR					2.2 CPF/CNPJ:			
2.3	Endereço:					2.4 Bairro:			
2.5	Município: ORIENTE					2.6 ME	2.7 CEP: 196-000		
2.8	Telefone(s):				2.9 E-mail:				
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL									
3.1	Nome: 00000520-7 / CELULOSE NIPO - BRASILEIR					3.2 CPF/CNPJ:			
3.3	Endereço:					3.4 Bairro:			
3.5	Município: ORIENTE					3.6 ME	3.7 CEP: 196-000		
3.8	Telefone(s):				3.9 E-mail:				
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL									
4.1	Denominação: Macedonia					4.2 Área Total: 1.659,5300 (ha):			
4.3	Município/Distrito:					4.4 INCRA (CCIR):			
4.5	Matrícula	no	Cartório	7989	Livro: 2AC	Folha: 189	Comarca: C A R A T I N G A		
4.6	Coordenada	Plana	X(6): 774.000 (UTM) Y(7): 7.857.000			Datum: SIRGAS 2000 Fuso: 23K			
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL									
5.1	Bacia hidrográfica:								
5.2	Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área pri								
5.3	Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espé de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção								
5.4	O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento (especificado no campo 11).								
5.5	Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 14,44% d apresenta-se recoberto por vegetação nativa.								
5.6	Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreen								
5.7	Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o						imóvel	Área	(ha)
Mata Atlântica								1.659,5300	
Total								1.659,5300	
5.8	Uso do solo do imóvel							Área	(ha)
Nativa - sem exploração econômica								1.313,1200	
Outros								25,0500	
Infra-estrutura								33,9900	
Silvicultura Eucalipto								287,3700	
Total								1.659,5300	

5.9	Regularização da Reserva Legal – RL						
5.10	Área de Preservação Permanente (APP)						Área (ha)
5.10.1	APP com cobertura vegetal nativa						144,200
5.10.3	Tipo de uso antrópico consolidado						0,0000
	Outro:						0,0000
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO							
Tipo de Intevenção REQUERIDA						Quantidade	Unidade
Intervenção em APP COM supressão de vegetação n						0,8500	ha
Aproveitamento de Material Lenhoso						23,9600	m3
Tipo de Intevenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO						Quantidade	Unidade
Intervenção em APP COM supressão de vegetação n						0,8500	ha
Aproveitamento de Material Lenhoso						23,9600	m3
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO							
7.1	Bioma/Transição entre biomas						Área (ha)
Mata Atlântica						0,8500	
7.2	Fisionomia/Transição entre fisionomias						Área (ha)
Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Inicial						0,8500	
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO							
8.1	Tipo de Intervenção				Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)
							X(6) Y(7)
Intervenção em APP COM supres				SIRGAS 200	23K	772.870	7.860.44
Aproveitamento de Material Le							
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA							
9.1	Uso proposto				Especificação		Área (ha)
Infra-estrutura				manutenção de estrada e abe		0,8500	
Total						0,8500	
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO							
Produto/Subproduto				Especificação		Qtde	Unidade
LENHA	FLORESTA	NATIVA			23,96	M3	
10.2	Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo						
10.2.1	Número de fornos da Carvoaria:				0	0	10.2.2 Diâmetro(m):
10.2.4	Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvazi						
10.2.5	Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):						
10.2.6	Capacidade de produção mensal 0 da Carvoaria (mdc):						

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:baixo.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1 HISTÓRICO

Data da formalização: 18/02/2016
 Data do pedido de informações complementares: 09/05/2016
 Data de entrega das informações complementares: 31/08/2016
 Data do pedido de informações complementares (Reiteração): 05/12/2016
 Data de entrega das informações complementares (Reiteração): 05/04/2017
 Data da emissão do parecer técnico: 30/06/2017

2 OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a solicitação para Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP. É pretendido com a intervenção requerida à realização de abertura de acesso em Área de Preservação Permanente para perfuração de poços para captação de água em uma área de 0,85 ha.

3 CARACTERIZAÇÃO

O imóvel denominado Fazenda Macedônia, localizada no Município de Ipaba possui uma área total de 1.632,62 ha e 81,6315 módulos fiscais.

Pertence a sub-bacia do rio Caratinga, porém o córrego Boachá que corta a propriedade deságua diretamente no rio Doce.

A altitude varia entre 200 e 500 m, e o clima é AW (tropical com estação seca) de acordo com a classificação de Koppen, segundo é informado no Plano Simplificado de Utilização Pretenda (p. 9, folha 123 dos autos).

A principal atividade da propriedade, uso e ocupação do solo é a exploração de floresta plantada de Eucalipto.

Uma extensa área da propriedade situa-se à margem do rio Doce, onde foi realizada a intervenção visando a abertura de acesso para a perfuração de poços em razão de elevado índice de turbidez do corpo hídrico, ocasionado pelo rompimento das barragens de rejeitos minerários da SAMARCO MINERAÇÃO S/A. e Decreto Nº 528 de 16/11/2015 declarando Situação de Emergência na região da Bacia do rio Doce nas áreas dos municípios afetadas pelo rompimento das barragens (folha 1 do PSUP e folhas 115 e 128 dos autos respectivamente).

3.1 Da Reserva Legal

Esta se encontra conservada e delimitada na planta/mapa. Ainda com relação à Reserva Legal, foi apresentado o Protocolo de preenchimento para inscrição no CAR (folhas 85 e 86 dos autos).

4 DA AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A vegetação da área requerida, 0,85 ha. em APP, tem sua vegetação nativa classificada como estágio inicial de acordo com a Resolução CONAMA Nº 392/2007 (folha 4 do PSUP, folha 118 e 130 (planta topográfica) dos autos respectivamente). A vegetação de modo geral, é constituída por floresta estacional semidecídua, com baixo grau de adensamento sendo baixo para estrato herbáceo e alto para estrato arbustivos e arbóreos

Ainda com relação à área requerida, a mesma é uma estrada antiga até chegar no ponto para a perfuração dos poços, sendo necessário a supressão de vegetação para a abertura (manutenção/alargamento) que na verdade é restauração, ressaltando que as intervenções serão pontuais preservando-se assim as demais APPs, já que o traçado da estrada como se pode visualizar no mapa/planta apresentado, é em toda sua extensão. O requerente ressalta também em seu PSUP (folha 126 dos autos) que realizou estudos visando procurar o caminho com menor derrubada possível. O rendimento informado é 23,96 m³ que ficará disposto no solo da propriedade.

Como informado anteriormente, a necessidade da intervenção em tela se deu

em razão de elevado índice de turbidez do corpo hídrico, ocasionado pelo rompimento das barragens de rejeitos minerais da SAMARCO MINERAÇÃO S/A. e Decreto Nº 528 de 16/11/2015 declarando Situação de Emergência na região da Bacia do rio Doce nas áreas dos municípios afetadas pelo rompimento das barragens (folha 1 do PSUP e folhas 115 e 128 dos autos respectivamente).

A Celulose Nipo Brasileira CENIBRA, considerando a avaliação de diversas alternativas para abastecimento de seu processo fabril, onde por questões técnicas e locacional, uma delas consiste na perfuração de poços de aluvião situados em APP do rio Doce.

E como a estrada já era existente, com toda a sua extensão em APP, porém necessitando de intervenção (manutenção/alargamento) até chegar ao ponto para a perfuração dos poços, considera-se esta como a melhor alternativa de modo a interferir e impactar minimamente o meio ambiente e desta forma concluindo inexistir alternativa técnica e locacional.

A atividade em tela é de baixo impacto, e de conformidade com o Decreto Nº 528 de 16/11/2015, é declarado Situação de Emergência na região da Bacia do rio Doce nas áreas dos municípios afetadas pelo rompimento das barragens (folha 1 do PSUP e folhas 115 e 128 dos autos respectivamente) e também segundo a equipe técnica se tratar de Interesse Social tomando-se como embasamento legal o Artigo 3, II, letra "e" da Lei Nº 20.922/2013, que diz: "e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade".

Levou-se também em consideração que, a situação que atingiu a região decorrente do rompimento da barragem em Mariana e reconhecido como Situação de Emergência pelo Decreto Nº 528 de 16/11/2015, que ninguém pode ser privado do acesso a água, sob pena de ser violentado em sua natureza, a falta de água, pois coloca em risco o direito fundamental à integridade física, à saúde e à vida, e desta forma permitindo entender se tratar sim, de risco iminente de degradação ambiental física, à saúde e à vida, e desta forma encontrando amparo legal no Artigo 8º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1905/2013 que diz: "Será admitida a intervenção ambiental nos casos emergenciais mediante comunicação prévia e formal ao órgão ambiental" e a situação em tela é sim um risco iminente de degradação ambiental e especialmente da integridade física de pessoas.

Ao mesmo tempo que a água é imprescindível a cadeia produtiva da requerente, é também imprescindível às pessoas diretamente e indiretamente envolvidas e atingindo a integridade física destas.

O documento de inexistência de alternativa técnica e locacional é comprovado quando da realização da vistoria técnica "in loco" e desta forma ficando comprovado a inexistência de alternativa técnica para a implementação do plano de utilização pretendida e requerida autorização.

O projeto Técnico de Reconstituição da Flora PTRF apresentado para execução na área destinada as medidas compensatórias foi considerado satisfatório, atendendo o disposto na DN COPAM Nº 76/2004.

4.1 Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

Com relação de impactos adotada e descrita no PSUP (vide folha nº 125 dos autos), consiste em listar os impactos pertinentes das intervenções, atribuindo-lhes critérios adotados na avaliação foram: Probabilidade de ocorrência; Caráter; Magnitude e Transitoriedade.

4.1.1 Danos Físicos: Edáficos e Hídricos

4.1.1.1 Contaminação das águas superficiais por óleos e graxas

- Probabilidade de Ocorrência: baixa;
- Caráter: negativo
- Magnitude: baixa;
- Transitoriedade: temporário.

4.1.1.2 Processos erosivos e assoreamentos

- Probabilidade de ocorrência: alta;
- Caráter: negativo;
- Magnitude: média;
- Transitoriedade: temporário.

4.1.2 Danos Biológicos: Fauna e Flora

4.1.2 Remoção da vegetação nativa, para realização da intervenção

- Probabilidade de Ocorrência: alta;
- Caráter: negativo;
- Magnitude: média;
- Transitoriedade: permanente.

4.1.3 Impactos sobre a Ictiofauna

- Probabilidade de Ocorrência: alta;
- Caráter: negativo;
- Magnitude: média;
- Transitoriedade: temporário.

4.2 Medidas Mitigadoras

Segundo o PSUP (vide folhas nº 126 dos autos) todo o processo que envolve movimentação do solo será realizado com cautela, com profissionais experientes e com equipamentos apropriados a fim de evitar que sedimentos sejam carregados para o curso d'água e também para minimizar o impacto dos ruídos, as operações serão executados somente durante o dia.

Correta recomendação técnica da operação, até o treinamento do trabalhador visando um componente ambientalmente responsável, caracterizam um quadro de prevenção ou minimização da ocorrência de impactos ambientais negativos.

5 CONCLUSÃO

Por fim, a equipe técnica sugere pelo DEFERIMENTO da regularização do processo 04040001382/15 referente Comunicado de Intervenção de Caráter Emergencial, tomando-se como embasamento legal a Resolução CONAMA Nº 369, parágrafo 1º, Artigo 19, e Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1905/2013, parágrafo 3º, Artigo 8º, sob a justificativa inicial de necessidade de abertura (manutenção/alargamento) de acesso em Área de Preservação Permanente APP para perfuração de poço artesiano de captação de água com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente - APP em 0,085 ha, na propriedade rural Fazenda Macedônia, de propriedade da Celulose Nipo Brasileira S/A CENIBRA.

As considerações técnicas descritas neste parecer (Anexo III) devem ser apreciadas pela Comissão Paritária - COPA Leste ou pelo Superintendente.

- Validade: do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental: já realizado.
- 1 Condicionantes (Medidas Mitigadoras e Compensatórias Florestais):

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item 01: Executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF na íntegra e apresentar Relatório Técnico elaborado e assinado por profissional habilitado conforme determina a Câmara Especializada de Agronomia (CEAG) com anexo fotográficos/descriptivos ao NRR de Timóteo, semestralmente.
Prazo: Conforme cronograma apresentado.

Item 02: Exigir a obtenção das demais licenças ambientais (AAF e outorga junto à SUPRAM

Área de Intervenção: 0,85 ha. em APP; Área de Compensação Florestal: 1,70 ha (mínimo equivalente à área de intervenção).

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item 01: Executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF na íntegra e apresentar Relatório Técnico elaborado e assinado por profissional habilitado conforme determina a Câmara Especializada de Agronomia (CEAG) com anexo fotográficos/descriptivos ao NRR de Timóteo, semestralmente. Prazo: Conforme cronograma apresentado.

Item 02: Exigir a obtenção das demais licenças ambientais (AAF e outorga) junto à SUPRAM

Área de Intervenção: 0,85 ha. em APP; Área de Compensação Florestal: 1,70 ha (mínimo equivalente à área de intervenção).

13. **RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)**

ITAIR CAMARGO - MASP: 1020853-6

HORADES JOSÉ DE OLIVEIRA - MASP: 562866-4

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 7 de abril de 2016

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

1. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo nº 04040000194/16, cujo requerente é a Celulose NIPO-BRASILEIRA S/A - Cenibra, com intuito de obter regularização para intervenção realizada em caráter emergencial de intervenção em áreas de preservação permanente - APP com supressão, numa extensão de 0,85ha.

Compete a esta Coordenação Regional de Controle Processual realizar o controle processual do presente processo, em atendimento ao art. 45, I do Decreto 47.344/18.

Foram verificados os recolhimentos da Taxa de Análise e Vistoria (fls. 137) e Taxa Florestal (fls. 165).

2. DO CONTROLE PROCESSUAL

O requerimento supracitado deverá ser analisado sob o comando da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, Decreto Estadual 47.749/2019, Resolução Conjunta IEF/SEMAD Nº 1905 de 12 de agosto de 2013 e bem como ao Código Florestal Federal 12.651/2012.

O legislador, em obediência à Constituição da República, editou normas para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, incumbindo ao Poder Público definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

Trata-se de processo referente a um pedido de intervenção ambiental, assim, aplicável para a instrução do processo o art. 9º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905 de 12 de agosto de 2013, que disciplina o seguinte:

Art. 9º - O processo para intervenção ambiental deve ser instruído com: I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo I, desta Resolução Conjunta.

II - Documento que comprove propriedade ou posse.

III - Documento que identifique o proprietário ou possuidor.

IV - Plano de Utilização Pretendida Simplificado nos casos de intervenções em áreas menores que 10 (dez) hectares e Plano de Utilização Pretendida com inventário florestal para as demais áreas, conforme Anexos II e III, desta Resolução Conjunta.

V - Planta topográfica planimétrica da propriedade, com coordenadas geográficas, grades de coordenadas e representação do uso do solo ou, em caso de áreas acidentadas e a critério do órgão ambiental, planta topográfica planialtimétrica, ambas elaboradas por técnico habilitado. VI - Croqui para propriedade com área total igual ou inferior a 50 hectares.

2.1 DA INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

A área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Trata-se de procedimento administrativo com intuito de obter regularização para intervenção realizada em caráter emergencial de intervenção em áreas de preservação permanente – APP com supressão, numa extensão de 0,85ha.

A Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1.905, de 12 de agosto de 2013, admite a intervenção ambiental em casos emergenciais, in verbis:

Art. 8º - Será admitida a intervenção ambiental nos casos emergenciais, mediante comunicação prévia e formal ao órgão ambiental.

§1º Para fins desta Resolução Conjunta, consideram-se casos emergenciais o risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e fauna, bem como, da integridade física de pessoas.

O Decreto Estadual 47.749/2019 manifesta quanto às obras emergenciais em seu artigo 36, in verbis

Art. 36 – Será admitida a intervenção ambiental nos casos emergenciais, mediante comunicação prévia e formal ao órgão ambiental, ressalvadas as situações dispensadas de autorização. § 1º – Consideram-se casos emergenciais o risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e fauna, bem como da integridade física de pessoas e aqueles que possam comprometer os serviços públicos de abastecimento, saneamento, infraestrutura de transporte e de energia.

Neste sentido, cabe à equipe técnica vistoriante a constatação se a intervenção realizada pode ser classificada como emergencial. Neste sentido discorre o parecerista:

“4 DA AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

(...)

Levou-se também em consideração que, a situação que atingiu a região decorrente do rompimento da barragem em Mariana e reconhecido como Situação de Emergência pelo Decreto nº 528 de 16/11/2015, que ninguém pode ser privado do acesso a água, sob pena de ser violentado em sua natureza, a falta de água, pois coloca em risco o direito fundamental à integridade física, à saúde e à vida, e desta forma permitindo entender se tratar sim, de risco iminente de degradação ambiental física, à saúde e à vida, e desta forma encontrando amparo legal no artigo 8º da Resolução Conjunta SEMAD/ IEF nº 1905 que diz: “Será admitida a intervenção ambiental nos casos emergenciais, mediante comunicação prévia e formal ao órgão ambiental” e a situação em tela é sim um risco iminente de degradação ambiental e especialmente da integridade física de pessoas.”

Desta forma, tendo em vista Comunicado de Obra Emergencial apresentado pelo requerente, e o entendimento da equipe técnica, entende-se que a intervenção realizada possui amparo legal.

3. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO

Por fim, o Supervisor Regional é o agente competente para deliberação nestes procedimentos, conforme determina o inciso I, do parágrafo único,

do artigo 42, do Decreto Estadual 47.344/2018, de 23 de janeiro de 2018.

4. CONCLUSÃO

Em face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à sua autorização. É como submetemos à consideração superior.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

TALITA CAMILLE DA SILVA RAMINHO - 125.722 _____

17. DATA DO PARECER

quarta-feira, 11 de março de 2020